



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE ARARAS – UR-10



ÓRGÃO/ ENTIDADE:	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
CÓDIGO DO ÓRGÃO/ ENTIDADE:	000.00.00.094
CNPJ:	44.660.272/0001-93

INTERESSADO:	
RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO/ENTIDA DE:	José Adinan Ortolan
	Prefeito Municipal
	CPF: 110.195.488-43
	Data de nascimento: 06/12/1970
	E-mail particular: jose.adinan@terra.com.br
	E-mail pessoal institucional: gabinete.prefeito@cordeiropolis.sp.gov.br

PROCESSO Nº:	TC-003811.989.22-7
---------------------	--------------------

MATÉRIA EM EXAME:	FISCALIZAÇÃO ORDENADA
------------------------------	------------------------------

EXERCÍCIO:	2022
-------------------	------

MUNICÍPIO:	Cordeirópolis
-------------------	---------------

RESUMO:	Fiscalizações Ordenadas – exercício 2022.
----------------	---

INSTRUÇÃO POR:	UR-10 – DSF – II
---------------------------	------------------

Solicitamos autuar este processo, **voltando para instrução**.

GUR-10, 8 de março de 2022.

Paulo César Silva Alvarenga
Diretor Técnico de Divisão

PROCESSO: 00007086.989.22-5
ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS (CNPJ 44.660.272/0001-93)
INTERESSADO(A): ■ JOSE ADINAN ORTOLAN (CPF 110.195.488-43)
ASSUNTO: Fiscalização Ordenada-Exercício 2022.
EXERCÍCIO: 2022
INSTRUÇÃO POR: UR-10
PROCESSO 3811.989.22-7
PRINCIPAL:

Excelentíssimo(a)/ Ilustríssimo(a) Senhor(a),

Cientifico-lhe que o relatório de fiscalização, com as ocorrências constatadas, encontra-se disponível para conhecimento neste processo.

Apresento-lhe protestos de estima e apreço.

GDUR-10-Araras, em 16 de março de 2022.

PAULO CESAR SILVA ALVARENGA
Diretor Técnico de Divisão

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO CESAR SILVA ALVARENGA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-QBR1-7EWX-5ZJU-4GDA



TC-7086/989/22

Fls. 1



Unidade Regional de Araras

UR-10

PROCESSO : 7086/989/22
INTERESSADO : CORDEIRÓPOLIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS
ASSUNTO : I Fiscalização Ordenada 2022 - Resíduos Sólidos
RESPONSÁVEL : José Adinan Ortolan
CPF : 110.195.488-43

Excelentíssima Senhora Conselheira,

Consoante determinação superior e orientação dos DSFs realizamos, no dia 10 de março, a I Fiscalização Ordenada de 2022, com intuito de verificar o cumprimento, pelos municípios paulistas, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

A ação padronizada foi realizada com o apoio de aplicativo desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação, consistente em questionário previamente elaborado.

Assim, juntamos aos presentes autos o relatório da inspeção realizada, com as respostas aos quesitos formulados, dentre os quais destacamos os seguintes apontamentos:

- Os resíduos da Construção Civil não são depositados no Aterro de Resíduos da Construção Civil, em desconformidade à Resolução nº 307/2002 do CONAMA;
- O Município não possui registro/controle acerca dos percentuais de coleta seletiva realizada;



TC-7086/989/22

Fls. 2



Unidade Regional de Araras

UR-10

- Não há publicidade da programação da coleta de lixo doméstico, prejudicando a participação da sociedade no processo;
- Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de processamento de resíduo;
- Foi verificada a seguinte irregularidade no aterro: Chorume.

Destarte, submetemos os autos à elevada apreciação de Vossa Excelência, para as providências que entender pertinentes, ressaltando que o Órgão Público foi eletronicamente cientificado de que o relatório de Fiscalização, com as ocorrências constatadas, encontra-se disponível para conhecimento neste processo.

UR-10, em 15 de Março de 2022.

Paulo Cesar Silva Alvarenga
Diretor Técnico de Divisão

Fiscalização
Ordenada

10 de Março | 2022

RESÍDUOS SÓLIDOS



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br/ordenadas

TC 3811/989/22

TC de acompanhamento: 7086/989/22

Cristiana de Castro Moraes
Conselheira

CORDEIRÓPOLIS - PREFEITURA
MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

Responsável pela Fiscalização

DSF-II

UR-10

SANDRO ROBERTO MILANI
Chefe Técnico da Fiscalização

JOÃO VICTOR ANTUNES MACIEL
Agente da Fiscalização

Resíduos Sólidos

O **Tribunal de Contas** do Estado de São Paulo é o guardião da sociedade que orienta e fiscaliza o cumprimento das leis aplicáveis aos seus jurisdicionados estaduais e municipais.

A Lei Federal nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público.

Contexto da Fiscalização

Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, alterada pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (atualiza o marco legal do saneamento básico), e regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

A presente Fiscalização Ordenada tem o objetivo de verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelos municípios paulistas, observando aspectos tanto operacionais, como a Coleta e Destinação Final de Resíduos Domiciliares, de Resíduos dos Serviços de Saúde, da Construção Civil e a Coleta Seletiva, quanto os relativos ao planejamento de tais ações, como a existência do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Esta Fiscalização Ordenada teve como escopo aferir as questões relativas aos:

- Resíduos Sólidos Urbanos;
- Resíduos dos Serviços de Saúde;
- Resíduos da Construção Civil;
- Resíduos dos Serviços de Tratamento de Água e Esgotos.

Os registros fotográficos realizados na maioria dos órgãos fiscalizados proporcionam um parâmetro importante da realidade da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos pelas Administrações Municipais.

Os dados ora divulgados trazem a certeza de que ainda há muito a ser feito e que as ações ordenadas implementadas pela Corte de Contas Paulista, além de subsidiar o gestor público em eventuais correções que se façam necessárias, fortalecem nossa interação com a sociedade.

Por fim, importante ressaltar que os dados ora apresentados derivam da conjunção de esforços de uma equipe multidisciplinar, os quais permitiram que os resultados das inspeções chegassem em tempo real à Direção da Casa.

Números da I Fiscalização Ordenada de 2022

272 servidores do TCESP empregados na fiscalização
247 municípios
247 órgãos fiscalizados

I Fiscalização Ordenada 2022

CORDEIRÓPOLIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS

A. IDENTIFICAÇÃO

A.1) Prefeitura Municipal de:

Resposta: **Cordeirópolis**

Comentários: -

A.2) Nome do (a) Prefeito (a):

Resposta: **José Adinan Ortolan**

Comentários: -

A.3) CPF:

Resposta: **110.195.488-43**

Comentários: -

A.4) Email:

Resposta: **gabinete.prefeito.prefeito@cordeiropolis.sp.gov.br** /
jose.adinan@terra.com.br

Comentários: -

B. INFORMAÇÕES GERAIS

B.1) Foi elaborado o Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010?

Resposta: **Sim**

Comentários: APROVADO PELO DECRETO MUNICIPAL 5774/2018 - PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

B.1.1) Informe o instrumento normativo, número e data da publicação (link na internet se houver):

Resposta: **APROVADO PELO DECRETO MUNICIPAL 5774/2018**

<https://drive.google.com/file/d/1on6-3JxywqymeIhi7s3i3q3BLe8zeTA7/view>

Comentários: -

B.1.2) Qual a data da última revisão do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos?

Resposta: **01/04/2018**

Comentários: O PLANO É DE 2016 E HOUVE REVISÃO EM ABRIL DE 2018.

B.2) O Município implantou algum programa de Educação Ambiental?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

B.2.1) Descrever sucintamente:

Resposta: **PROGRAMA VERDE AZUL E PROGRAMA BEM ME QUER LIGADO A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.**

Comentários: -

B.3) Existe Conselho Municipal de Meio Ambiente instituído?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

B.4) O Município faz parte do Programa VerdeAzul do Governo do Estado?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

B.5) O Município instituiu a cobrança de taxa ou tarifa decorrente da prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, nos termos do art. 35 da Lei nº 11.445/07?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

B.5.1) Informar o instrumento normativo legal (lei, decreto, outro), data e local de publicação (link na internet se houver).

Resposta: **DECRETO 6459 DE 30/11/2021 (TAXA DE SERVIÇOS URBANOS)**

Comentários: -

B.6) O Município definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

B.6.1) Qual?

Resposta: **SAAE - SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE CORDEIRÓPOLIS
SECRETÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETÁRIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO**

Comentários: -

C. COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

C.1) O Município regulamentou o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos?

Resposta: **Sim**

Comentários: LEI 3260/2021

C.2) A coleta seletiva é realizada por:

Resposta: **Associações ou Cooperativas de catadores**

Comentários: Também é realizada por informais.

C.2.2) O Município possui parceria formalmente estabelecida com as associações ou cooperativas de catadores?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.3) Em termos percentuais, quanto representa a coleta seletiva do total de todo o lixo?

Resposta: **Não possui controle/registro**

Comentários: Há o controle dos reciclados por peso e o Município estimou que estaria na faixa de 51% a 75%.

C.4) A coleta seletiva ocorre de forma programada (determinados horários e dias da semana)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.4.1) Informe a rota da coleta seletiva escolhida para verificação:

Resposta: **CENTRO DE CORDEIRÓPOLIS**

RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, CENTRO - CASA 672, PRÉDIO DA UNIMED E ESCOLA LILIA INÊS THIRION VITTE.

ROTA INFORMADA POR FUNCIONÁRIA DA COOPERATIVA PROJETO GARIMPAR, POIS OS RECICLÁVEIS SÃO COLETADOS EM CADA IMÓVEL.

Comentários: -

C.4.2) Existe publicidade da programação da coleta seletiva?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.4.3) Na rota verificada houve coleta seletiva?

Resposta: **Sim**

Comentários: INFORMADO POR FUNCIONÁRIA DA COOPERATIVA QUE APONTOU OS IMÓVEIS ONDE FORAM FEITAS AS COLETAS DE MATERIAL RECICLÁVEL.

C.5) Existem outras iniciativas de recepção de resíduos de coleta seletiva (Pontos de Entrega Voluntária / Ecopontos / Cata-bagulho / etc.)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.5.1) Quais?

Resposta: **ECOPONTO0**

Comentários: -

D. COLETA NÃO SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

D.1) A coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares) é realizada pela própria Prefeitura/Autarquia ou Terceirizada?

Resposta: **Terceirizada**

Comentários: Contrato emergencial de 180 dias a partir de 01/03/2022

D.1.1) Informar o CNPJ da empresa contratada, modalidade da licitação ou dispensa e valor anual da contratação.

Resposta: **04.867.151/0001-00 - Dispensa de Licitação - Valor para o período de 180 dias: R\$ 6.219.598,56**

Comentários: -

D.2) A coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares) ocorre de forma programada (determinados os horários e dias da semana)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.2.1) Informe a rota da coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares) selecionada para verificação:

Resposta: **CENTRO DE CORDEIRÓPOLIS.**

**RUA CARLOS GOMES ÀS 08:41 HS
RUA 13 DE MAIO ÀS 08:43 HS
RUA SETE DE SETEMBRO ÀS 08:45 HS**

NO BAIRRO BELA VISTA

AVENIDA ARISTEU MARCICANO ÀS 08:52 HS

Comentários: -

D.2.2) Existe publicidade da programação da coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?

Resposta: **Não**

Comentários: EXISTE COLETA NÃO SELETIVA TODOS OS DIAS EM TODA CIDADE.

D.2.3) Na rota verificada houve coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.3) Todas as regiões do Município são atendidas pela coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.4) Existe área de transbordo/triagem para os resíduos sólidos urbanos no Município?

Resposta: **Não**

Comentários: EXISTE ÁREA DE TRANSBORDO/TRIAGEM APENAS PARA RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL.

D.4.1) Informar o local de transbordo/triagem:

Resposta: -

Comentários: -

D.4.2) A área de transbordo/triagem é própria ou terceirizada?

Resposta: -

Comentários: -

D.4.2.2) Foram verificadas irregularidades na estação de transbordo/triagem?

Resposta: -

Comentários: -

D.4.2.2.1) Quais?

Resposta: -

Comentários: -

D.4.3) Existe licença de operação válida da CETESB para a área de transbordo de resíduos sólidos urbanos?

Resposta: -

Comentários: -

D.5) Existe Unidade de Compostagem no Município?

Resposta: **Não**

Comentários: -

D.6) Existe área de aterro no Município?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.6.1) O aterro é próprio ou terceirizado?

Resposta: **Próprio**

Comentários: -

D.6.1.1) Foram verificadas irregularidades no aterro?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.6.1.1.1) Quais?

Resposta: **Chorume**

Comentários: LIXO ESPALHADO PELO ATERRO E FALTA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO



D.6.2) Existe licença válida de operação da CETESB para a área do aterro sanitário?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.6.3) Onde ocorre a disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados no Município?

Resposta: -

Comentários: -

D.7) Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde)?

Resposta: Não

Comentários: -

D.8) Antes de aterrar o lixo, o Município realiza algum tipo de processamento de resíduo?

Resposta: Não

Comentários: FOI INFORMADO A EXISTÊNCIA DE PROCESSAMENTO FEITO ANTES DA COLETA (COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS). OCORRE QUE APÓS A COLETA (MAS ANTES DE ATERRAR) NÃO É FEITO PROCESSAMENTO.

D.8.1) Quais?

Resposta: -

Comentários: -

D.9) Existe aterro sanitário desativado no Município?

Resposta: Não

Comentários: -

D.9.1) Existe monitoramento do aterro sanitário desativado?

Resposta: -

Comentários: -

D.9.1.1) Quem realiza o monitoramento?

Resposta: -

Comentários: -

E. RESÍDUOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE

E.1) Foi elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde?

Resposta: Sim

Comentários: CONTEMPLADO DENTRO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

E.1.1) Informar o instrumento normativo legal (lei, decreto, outro), data e local de publicação (link na internet se houver):

Resposta: CONTEMPLADO NO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

<https://drive.google.com/file/d/1on6-3JxywqymeIhi7s3i3q3BLe8zeTA7/view>

Comentários: -

E.2) Os resíduos de serviços de saúde são coletados pelo próprio Município ou o serviço é terceirizado?

Resposta: Terceirizada

Comentários: -

E.2.1) Informar o CNPJ da empresa contratada, modalidade da licitação ou dispensa e valor anual da contratação.

Resposta: 20.289.535/0001-31 - PREGÃO PRESENCIAL 082/2019 - VALOR ANUAL: R\$ 27.900,00

Comentários: -

E.3) Existe programação de coleta de resíduos de serviços de saúde?

Resposta: Sim

Comentários: -

E.4) O Município dispõe de coleta específica para os resíduos gerados nos serviços de saúde?

Resposta: Sim

Comentários: -

E.5) O Município adota a incineração dos resíduos gerados nos serviços de saúde?

Resposta: Sim

Comentários: -

F. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

F.1) A prefeitura possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

F.1.1) Informar o instrumento normativo (lei, decreto, outro), data e local de publicação (link na internet se houver):

Resposta: **LEI 3101/2018**

Comentários: -

F.2) Os resíduos da Construção Civil são depositados no Aterro de Resíduos da Construção Civil (Aterro próprio no município ou em outra localidade)?

Resposta: **Não**

Comentários: -

F.3) Existe depósito de resíduos da Construção Civil a céu aberto (lixão)?

Resposta: **Não**

Comentários: -

G. RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

G.1) A água que abastece o Município provém de Estação de Tratamento de Água (ETA)?

Resposta: Sim

Comentários: -

G.1.1) Onde são lançados os resíduos sólidos (lodos) gerados na Estação de Tratamento de Água (ETAs)?

Resposta: Aterro Sanitário

Comentários: -

G.2) Os esgotos gerados no Município são destinados à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)?

Resposta: Sim

Comentários: -

G.2.1) Onde são lançados os resíduos sólidos (lodos) gerados na Estação de Tratamento de Esgoto (ETEs)?

Resposta: Aterro Sanitário

Comentários: -

H. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

H.1) Existe(m) outra(s) ocorrência(s) digna(s) de nota?

Resposta: **Não**

Comentários: -

DESPACHO

PROCESSO:	TC-007086.989.22-5 (Ref. TC-003811.989.22-7)
INTERESSADA:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS
RESPONSÁVEL:	▪ JOSE ADINAN ORTOLAN - PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO:	Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - I Fiscalização Ordenada (Resíduos Sólidos)

Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.

O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da **I Fiscalização Ordenada – Resíduos Sólidos**, tendo a equipe da **UR-10** elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 11).

Nesses termos, determino a **notificação** dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.

ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.

Ao **Cartório** para cumprir.

Depois, encaminhe-se à **UR-10** para prosseguimento da instrução.

GCCCM, 08 de Abril de 2022

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
CONSELHEIRA

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-SJ1T-3DGN-8N50-4S5C

Proc.: 00023655.989.21-8.
 Contratante: GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0267-46). CONTRATADO(A): INOVA SAUDE SAO PAULO SPE S.A (CNPJ 20.815.862/0001-80). INTERESSADO(A): DAVID EVERSON LOP (CPF 791.037.668-53). NILSON FERRAZ PASCHOA (CPF 846.357.118-20). Assunto: Contrato nº PPP 02/2014 (Lote 2) - Processo nº 001.0001.003.899/2013 - Concorrência Internacional nº 001/2013. Objeto: Concessão Administrativa para a construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços nos assistências nos Complexos Hospitalares do Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Central de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, Vigência: 20 (vinte) anos, a partir da data de termo de Transferência Inicial - TTI. Publicação no DOE: 05/09/2014. (Cópia do Contrato de Concessão TC-33591/026/14 - GCARC). Exercício: 2014. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00023598.989.21-8. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00033591/026/14, 00023598.989.21-8, 00023609.989.21-5, 00023615.989.21-7, 00023538.989.21-1.

Proc.: 00023598.989.21-8.
 Representante: MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S/A (CNPJ 19.394.808/0001-29). PLANOVA PLANEJAMENTO E CONSTRUCOES S.A. (CNPJ 47.383.971/0001-21). GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA (CNPJ 50.844.182/0001-55). REPRESENTADO(A): SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0001-94). Assunto: Mendes Junior Trading e Engenharia S/A, Planova Planejamento e Construção S.A. e GOCIL Serviços de Vigilância e Segurança LTDA, integrantes do Consórcio Mendes Junior - Planova - GOCIL, encaminham representação comunicando supostas irregularidades praticadas pela Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde referente à Concorrência Internacional nº 001/2013, que tem por objeto a contratação de Concessão Administrativa para a construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços nos assistências em 03 (três) Complexos Hospitalares do Estado de São Paulo. (Cópia da Representação TC-22349/026/14 - GCARC - Arquivo nº TC-33591/026/14). Exercício: 2014. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO PRINCIPAL: 23655.989.21-8.

Defiro a prorrogação de prazo, na forma requerida. Publique-se.
 Proc.: 00023135.989.21-8.
 REQUERENTE(SOLICITANTE): MAGNO ALEXANDRE FREIRE CIRINO (CPF 217.473.088-03). ADVOGADO: WESLEY IMASATO GIMENEZ (OAB/SP 334.034). MENCIONADO(A): GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA (CNPJ 96.291.141/0163-45). Assunto: Magno Alexandre Freire Cirino, Policial Penal lotado na Penitenciária de Taquaritinga, em petição datada de 24/11/2021, comunica possíveis irregularidades no contrato oriundo do Edital de Pregão Eletrônico CG nº 09/2017, Processo SAPIGS Nº 549/2017, promovido pelo Gabinete do Secretário e Assessorias da Secretaria da Administração Penitenciária, que tem por objeto a Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos para Inspeção Corporal baseados em Tecnologia de Rato - X, executado pela empresa Nutech do Brasil Ltda. (Origem PRO19432). Exercício: 2017.

Considerando as falhas apontadas pela fiscalização (evento-39) com a anulação da PFE (evento-47) e do MPC (evento-52), e tendo em vista o que dispõe o inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/93, assino aos responsáveis e demais interessados para que no prazo de 30 (trinta) dias adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou aleguem o que for de seus interesses.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integral das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00024537.989.21-2.
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO COELHO (CNPJ 67.996.363/0001-08). CONTRATADO(A): ASTHOR BARDEN - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA (CNPJ 63.895.585/0001-75). INTERESSADO(A): ZEEDIVALDO ALVES DE MIRANDA (CPF 942.987.428-49). LINS ALVES DE MIRANDA (CPF 336.295.361-15). Assunto: CONTRATO: 30/2021-CPJ assinado em 09/09/2021, oriundo da Inexigibilidade de Licitação 01/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para compra e fornecimento de laboratório de robótica destinado às escolas da rede municipal de ensino do município de Engenheiro Coelho-SP. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00024683.989.21-4.

Proc.: 00024683.989.21-4.
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO COELHO (CNPJ 67.996.363/0001-08). CONTRATADO(A): ASTHOR BARDEN - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA (CNPJ 63.895.585/0001-75). INTERESSADO(A): ZEEDIVALDO ALVES DE MIRANDA (CPF 942.987.428-49). LINS ALVES DE MIRANDA (CPF 336.295.361-15). Assunto: Acompanhamento de execução do CONTRATO: 30/2021-CPJ assinado em 09/09/2021, oriundo da Inexigibilidade de Licitação 01/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para compra e fornecimento de laboratório de robótica destinado às escolas da rede municipal de ensino do município de Engenheiro Coelho-SP. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO PRINCIPAL: 24537.989.21-2.

Defiro a ausência de procuração, atualizada e específica para atuação no presente caso e/ou apresentar evidência de seu interesse processual, bem como o documento não comportar qualquer pleito.

Publique-se.

Proc.: 00020192.989.20-0.
 Representante: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - MPC (CNPJ 20.453.878/0001-90). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA (CNPJ 67.995.027/0001-32). ADVOGADO: NATÁLIA SARAÑO DA SILVA CERQUEIRA (OAB/SP 186.359). INTERESSADO(A): ANGELO AUGUSTO PERUGINI (CPF 377.210.706-00). ADVOGADO: LUIZ ANTONIO DE ALMEIDA ALVARENGA (OAB/SP 146.770) / HELGA ARARUNA FERRAZ DE ALVARENGA (OAB/SP 154.720) / GISELE BECK ROSSI (OAB/SP 207.545) / ANDREA CRISTINE FARIÁ FRIGIO (OAB/SP 290.085) / VIVIANE MARIA SANTOS BARBOSA (OAB/SP 290.085) / VIVIANE MARIA SANTOS BARBOSA (OAB/SP 290.085) / VIVIANE MARIA SANTOS BARBOSA (OAB/SP 290.085). Assunto: REPRESENTAÇÃO para apuração de possíveis ocorrências de irregularidades cometidas pela Prefeitura Municipal, de Hortolândia, em relação aos Termos de Referência nº 3129/2020 (nº 3294/2020) e nº 3304/2020 (aquisição de máscaras PFF2/N95), nº 3139/2020 (máscaras tripla camada com elásticos), nº 3127/2020, nº 3137/2020 e nº 3303/2020 (álcool em gel 70% antisséptico / 7 galões de 25 litros), nº 3145/2020 (álcool em gel 70% antisséptico - frascos de 430 a 500 ml), nº 3140/2020 (óculos de proteção), nº 3149/2020 (avental descartável gramatura 40), nº 3142/2020 (compressas cirúrgicas de gaze hidrófilas), nº 13795/2019 (cestas básicas) e nº 3299/2020 (kits de gêneros alimentícios). Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-03.

Defiro o Cartório para observar o solicitado no evento 233, quanto a desabilitação dos antigos patronos do Sr. Angelo Augusto Perugini dos presentes autos, em virtude do seu falecimento ocorrido em 01 de abril de 2021 (evento 93) e da extinção do mandato, nos termos do art. 682, II, do Código Civil.

Ao CARTÓRIO para publicar e notificar a todos os responsáveis e interessados, via sistema, esclarecendo-os que por se tratar de um procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integral das cópias das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, devendo assim efetuar o acompanhamento do processo.

Publique-se.

Proc.: 00023538.989.21-1.
 Contratante: GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0267-46). CONTRATADO(A): INOVA SAUDE SOROCABA SPE S.A (CNPJ 20.815.862/0001-57). INTERESSADO(A): DAVID EVERSON LOP (CPF 791.037.668-53). NILSON FERRAZ PASCHOA (CPF 846.357.118-20). Assunto: Contrato nº PPP 01/2014 (Lote 1) - Processo nº 001.0001.003.899/2013 - Concorrência Internacional nº 001/2013. Objeto: Concessão Administrativa para a construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços nos assistências no Complexo Hospitalar do Hospital Estadual de Sorocaba - Lote-1. Vigência: 20 (vinte) anos, a partir da data do termo de Transferência Inicial - TTI. Publicação no DOE: 05/09/2014. (Cópia do Contrato de Concessão TC-33592/026/14 - GCARC - Tramita conjunto ao TC-33591/026/14). Exercício: 2014. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00033592/026/14, 00023505.989.21-0, 00023521.989.21-0.

Defiro a prorrogação de prazo, na forma requerida. Publique-se.

Proc.: 00022652.989.20-3.

Ordo: PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAEMBU (CNPJ 44.927.267/0001-02). ORGANIZ. SOC. CIVIL ASSOCIACAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PACAEMBU (CNPJ 53.524.534/0001-83). ADVOGADO: AMANDA COLPAS DA SILVA (OAB/SP 388.759). INTERESSADO(A): MACIEL DO CARMO COLPAS (CPF 069.582.998-09). ADADO APARECIDO VISCARDI (CPF 074.799.588-54). ADVOGADO: ARTHUR VIEIRA (OAB/SP 260.088) / CHARLES CASSIO SILVA (OAB/SP 343.693) / KLEYTON EDUARDO RODRIGUES SAITO (OAB/SP 347.876). WILSON PEREIRA DA SILVA (CPF 040.853.118-59). ADVOGADO: CHARLES CASSIO SILVA (OAB/SP 343.693) / KLEYTON EDUARDO RODRIGUES SAITO (OAB/SP 347.876). Assunto: TERMO DE COLABORAÇÃO nº 009/2020 de 02/01/2020. Objeto: Pronto Atendimento Básico 24 Horas Dia. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-18. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00022748.989.20-9.

Ordo: PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAEMBU (CNPJ 44.927.267/0001-02). ADVOGADO: ARTHUR VIEIRA (OAB/SP 260.088). ORGANIZ. SOC. CIVIL ASSOCIACAO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PACAEMBU (CNPJ 53.524.534/0001-83). ADVOGADO: AMANDA COLPAS DA SILVA (OAB/SP 388.759). INTERESSADO(A): MACIEL DO CARMO COLPAS (CPF 069.582.998-09). ADADO APARECIDO VISCARDI (CPF 074.799.588-54). ADVOGADO: CHARLES CASSIO SILVA (OAB/SP 343.693) / KLEYTON EDUARDO RODRIGUES SAITO (OAB/SP 347.876). WILSON PEREIRA DA SILVA (CPF 040.853.118-59). Assunto: ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE COLABORAÇÃO nº 009/2020 de 02/01/2020. Objeto: Pronto Atendimento Básico 24 Horas Dia. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-18. PROCESSO PRINCIPAL: 22652.989.20-3.

Defiro a prorrogação de prazo, em ambos os processos, na forma requerida.

Encerrado o prazo, retomem à SDG.

Publique-se.

Proc.: 00005147.989.22-2.
 Contratante: COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80). ADVOGADO: MIEKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939) / JOAO RAFAEL FRANCO LISBOA (OAB/SP 373.862) / GABRIEL GOUVEIA FELIX (OAB/SP 392.259). CONTRATADO(A): CONSORCIO GLEBA ECE (CNPJ 41.356.832/0001-22). INTERESSADO(A): RICARDO DARIUZ BORSARI (CPF 003.952.738-70). RENATO HOGHREB FRAZAO (CPF 049.718.408-77). Assunto: LICITAÇÃO: Concorrência Pública nº 01777/20 CONTRATO: 01777/20 - Objeto: Execução da 3ª etapa das obras para ampliação do sistema de Esgotamento Sanitário no bairro cidade São Pedro, gleba A e gleba B - município de Santana de Parnaíba, na área de atuação da unidade de negócio oeste - Superintendência de gestão de empreendimentos da Metropolitana - Diretoria Metropolitana - M. Vigência: 630 Dias. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-09. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00005725.989.22-2.

Considerando as falhas apontadas pela fiscalização (evento-29), e tendo em vista o que dispõe o inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/93, assino aos responsáveis e demais interessados para que no prazo de 30 (trinta) dias adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou aleguem o que for de seus interesses.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integral das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00008699.989.22-4.
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DE ITARARE (CNPJ 60.123.064/0001-01). CONTRATADO(A): RGM CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (CNPJ 11.781.746/0001-04). INTERESSADO(A): VANDERLEIA APARECIDA DOS SANTOS SOUZA (CPF 105.945.488-29). LUIZ HUMBERTO GOMES (CPF 748.876.458-72). ADVOGADO: LUIZ ROSA (CPF 144.830.158-00). THAIS RAMOS ANDRADE (CPF 027.094.028-66). Assunto: 5º Termo Aditivo, de 31/12/2021, prorrogando a vigência contratual por mais 06 (seis) meses, até 30/06/2022. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-16. PROCESSO PRINCIPAL: 8461.989.15-4.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integral das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página http://www.tce.sp.gov.br.

Proc.: 00001600.989.20-6.
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50). ADVOGADO: ROBERTO COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN DALLA (OAB/SP 292.125). CONTRATADO(A): NOVA OPAO SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA EIRELI (CNPJ 17.188.240/0001-64). INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIYACUDA (CPF 172.392.998-09). ADVOGADO: ICARO DONASSAN (OAB/SP 371.276). MARIA DE LOURDES ALMEIDA DANTAS (CPF

060.307.618-11). Assunto: Processo 15.707/2019 - Contrato 243/2019. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 458.989.20-6. RECURSOS(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00015945.989.21-8.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integral das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, devendo assim efetuar o acompanhamento do processo.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integral das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, devendo assim efetuar o acompanhamento do processo.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização - evento 17 - nos termos do artigo 2º, inciso XIII, Lei Complementar nº 70/93, assino à Contratante, à Contratada, aos responsáveis e aos demais interessados, o prazo de 20 (vinte) dias, para tomem conhecimento do conteúdo nos autos e apresentem as alegações que forem de seu interesse.

Defiro a ausência de apontamentos da fiscalização

PROCESSO: 00007086.989.22-5
ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS (CNPJ 44.660.272/0001-93)
INTERESSADO(A): ■ JOSE ADINAN ORTOLAN (CPF 110.195.488-43)
ASSUNTO: Fiscalização Ordenada-Exercício 2022.
EXERCÍCIO: 2022
INSTRUÇÃO POR: UR-10
PROCESSO 3811.989.22-7
PRINCIPAL:

Excelentíssimo(a)/ Ilustríssimo(a) Senhor(a),

Cientifico-lhe que o relatório de fiscalização, com as ocorrências constatadas, encontra-se disponível para conhecimento neste processo.

Apresento-lhe protestos de estima e apreço.

GDUR-10-Araras, em 04 de maio de 2022.

PAULO CESAR SILVA ALVARENGA

Diretor Técnico de Divisão

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO CESAR SILVA ALVARENGA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-TV1I-9175-6R62-4R71



PROCESSO : 7086/989/22
INTERESSADO : ÁREA MUNICIPAL - CORDEIRÓPOLIS - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR GERALDO APPARECIDO ROCHA
ASSUNTO : II Fiscalização Ordenada 2022 - Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares
RESPONSÁVEL : José Adinan Ortolan
CPF : CPF: 110.195.488-43

Excelentíssima Senhora Conselheira,

Consoante determinação superior e orientação dos DSFs realizamos, no dia 28 de abril, a II Fiscalização Ordenada de 2022, com intuito de verificar a situação das Unidades Escolares no Estado de São Paulo e nos seus municípios, com foco na Infraestrutura e Programas Suplementares.

A ação padronizada foi realizada com o apoio de aplicativo desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação, consistente em questionário previamente elaborado.

Assim, juntamos aos presentes autos o relatório da inspeção realizada, com as respostas aos quesitos formulados, dentre os quais destacamos os seguintes apontamentos:

1. Não há AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada;
2. Não há separação de amostras para o controle da merenda fornecida.;



3. As portas e janelas das áreas de armazenamento dos alimentos não possuíam telas milimetradas;
4. No local não havia termômetro para aferição da adequação da temperatura dos produtos sob congelamento conforme o artigo 34 da Portaria CVS n.º 5 de 09/04/2013.;
5. A escola NÃO possui laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos..

Em comparação com os apontamentos efetuados na FO-IV de 2021, os itens 1, 3, 4 e 5 permanecem em desconformidade nesta inspeção. Os demais apontamentos da FO-IV de 2021 não relacionados na listagem desta inspeção ou foram regularizados ou não foram objeto de verificação nesta oportunidade.

Dessa forma, submetemos os autos à elevada apreciação de Vossa Excelência, ressaltando que o Órgão Público foi eletronicamente cientificado de que o relatório de Fiscalização, com as ocorrências constatadas, encontra-se disponível para conhecimento neste processo.

UR-10, em 03 de Maio de 2022.

Paulo Cesar Silva Alvarenga
Diretor Técnico de Divisão

EDUCAÇÃO

**Infraestrutura
e Programas
Suplementares**



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br/ordenadas

TC 3811/989/22

TC de acompanhamento: 7086/989/22

Cristiana de Castro Moraes
Conselheira

ÁREA MUNICIPAL - CORDEIRÓPOLIS -
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL PROFESSOR
GERALDO APPARECIDO ROCHA

Responsável pela Fiscalização

DSF-II

UR-10

PAULO CESAR CAMARGO DE BORBA
Agente da Fiscalização

Educação

Infraestrutura e Programas Suplementares

O **Tribunal de Contas** do Estado de São Paulo é o guardião da sociedade que orienta e fiscaliza o cumprimento das leis aplicáveis aos seus jurisdicionados estaduais e municipais.

O conceito de infraestrutura escolar vai dos itens básicos, como o fornecimento de água, manutenção e limpeza dos ambientes, salas de aulas, banheiros e cozinha, passando por locais de convivência como transporte escolar, pátios e quadras esportivas, e, também, pelos uniformes, equipamentos e materiais didático-pedagógicos, bem como computadores com acesso à internet.

Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares

Quando a escola oferece um espaço completo, agradável e acolhedor ao estudante, além de melhorar o seu aprendizado, ela considera a saúde física e psicológica do aluno.

Frequentemente ouvimos notícias de escolas espalhadas por todo o país que estão caindo aos pedaços e sem infraestrutura escolar mínima para receber os alunos de diferentes idades que tem o direito de aprender. Mesmo que as escolas contem com bons diretores, com professores dedicados e com a força de vontade dos alunos, estudos mostram que a infraestrutura escolar pode ter papel essencial na formação dessas crianças e adolescentes, além de garantir conforto e bem estar não apenas aos alunos, mas também para os professores e a toda comunidade escolar.

Os programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação auxiliam e complementam significativamente a manutenção e o desenvolvimento da educação.

Oferecer aos alunos um ambiente escolar estruturado, com sala de aula, quadra de esportes, recursos tecnológicos, boa alimentação e condições sanitárias adequadas tornam as atividades escolares mais atrativas e estimulantes, pois não se resumem à teoria em sala de aula, uma vez que as experiências práticas e as atividades extracurriculares enriquecem o aprendizado. Quando a escola oferece possibilidades além do ensino tradicional, os alunos têm maior interesse em passar mais tempo no ambiente escolar, pois unem as vivências da sala de aula às de lazer na escola.

Bem por isso, o TCESP preocupa-se que a unidade escolar tenha um papel central na garantia de um ensino de qualidade nas escolas públicas.

Números da Fiscalização Ordenada

- 507** servidores do TCESP – 502 em campo e 5 no apoio
- 348** municípios onde foram fiscalizadas escolas
- 345** escolas municipais
- 140** escolas estaduais

II Fiscalização Ordenada 2022

ÁREA MUNICIPAL - CORDEIRÓPOLIS - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR GERALDO APARECIDO ROCHA

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO E RESPONSÁVEIS

A.1) A ESCOLA VISITADA é da área:

Resposta: **MUNICIPAL**

Comentários: -

A.2) MUNICÍPIO EM QUE SE LOCALIZA A ESCOLA:

Resposta: **Cordeirópolis**

Comentários: -

A.3) IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO - Nome:

Resposta: **Prefeitura Municipal de Cordeirópolis.**

Comentários: -

A.4) Nome do Prefeito/Diretor Regional de Ensino

Resposta: **José Adinan Ortolan**

Comentários: -

A.4.1) CPF:

Resposta: **CPF: 110.195.488-43**

Comentários: -

A.5) IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA VISITADA - Nome:

Resposta: **Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Geraldo Aparecido Rocha**

Comentários: -

A.6) Nome do Diretor da ESCOLA VISITADA:

Resposta: **Simone Cristina Mascarin Chiaradia**

Comentários: -

A.6.1) Informe o e-mail do dirigente da escola:

Resposta: **simone.chiaradia@cordeiropolis.pro.br**

Comentários: -

TRANSPORTE ESCOLAR

B.1) Na unidade escolar visitada há prestação de serviço de transporte escolar:

Resposta: Não

Comentários: A única aluna que utilizava o transporte escolar foi transferida para outra escola.

B.1.1) Especificar o horário da inspeção

Resposta: -

Comentários: -

B.1.2) Identificar o veículo que foi objeto de inspeção in loco (PLACA/FROTA/TIPO)

Resposta: -

Comentários: -

B.1.3) No veículo inspecionado foram verificadas inadequações?

Resposta: -

Comentários: -

INFRAESTRUTURA DA UNIDADE ESCOLAR

C.1) Entrada da escola (inadequado: portão danificado, buracos ou aberturas que permitam acesso de estranhos, falta de identificação da unidade escolar, vandalizado, etc.)

Resposta: **ADEQUADO**

Comentários: -

C.2) Foram verificadas desconformidades aparentes nas condições de acessibilidade da escola (rampas, corrimão, etc.)?

Resposta: **Não**

Comentários: -

C.3) Visualmente foi possível identificar: goteira, falta de telhas, infiltração da laje, mofo, bolor, etc.?

Resposta: **Não**

Comentários: -

C.4) Paredes em geral (inadequado: rachaduras aparentes, falhas de pintura, mofo, bolor, vandalizada, etc.)

Resposta: **ADEQUADO**

Comentários: -

C.5) Piso em geral, incluído o Pátio (inadequado: trincas, fissuras, etc.)

Resposta: **ADEQUADO**

Comentários: -

C.6) Foram verificadas boas condições de limpeza e higienização do ambiente escolar em geral?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.7) Bebedouros (inadequado: quebrado, vandalizado, ou alunos colocando a boca no bico de pressão ou na torneira)

Resposta: **ADEQUADO**

Comentários: -

C.8) Nos banheiros foram verificadas inadequações?

Resposta: **Não**

Comentários: -

C.9) Nas salas de aula, verificadas por amostragem, foram observadas inadequações?

Resposta: **Não**

Comentários: -

C.10) Há AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada?

Resposta: **Não**

Comentários: -

C.11) A unidade escolar possui extintores de incêndio?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.11.1) Os extintores estão dentro do prazo de validade?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.12) A quadra esportiva da escola é?

Resposta: **COBERTA**

Comentários: -

C.12.1) Foram verificadas desconformidades aparentes na quadra?

Resposta: **Não**

Comentários: -

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

D.1) A merenda oferecida aos alunos é preparada

Resposta: na Escola pelo Poder Público

Comentários: -

D.2) Quais os tipos de merendas são servidas?

Resposta: Refeição (Guarnição + Prato Principal + Salada + Sobremesa)
Merenda seca (kit composto por bebida láctea/suco, biscoitos e/ou bolinho industrializado)
Lanche (kit composto por bebida láctea/suco, biscoitos e/ou, pães e/ou bolinho industrializado e frutas em geral, servido entre as refeições principais)

Comentários: -

D.3) Há algum outra forma de merenda na escola?

Resposta: não

Comentários: -

D.4) Há cardápio do dia fixado em local visível, para os alunos?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.5) A merenda fornecida no dia é a mesma do cardápio?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.6) Nos cardápios há previsão de oferta de refeições contendo doces ou preparados doces superior a duas vezes por mês?

Resposta: Não

Comentários: -

D.7) As merendeiras estavam adequadamente vestidas, com avental, touca, máscara, sapatos antiderrapantes e, quando necessário, luvas?

Resposta: Sim

Comentários: Sem máscara

D.8) Há registro sobre a última fiscalização do CAE - Conselho de Alimentação Escolar na unidade escolar?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.8.1) Quando foi a última fiscalização do CAE - Conselho de Alimentação Escolar

Resposta: 28/03/2022

Comentários: 28.03.22

D.9) É realizada a limpeza e higienização periódica das caixas d'água?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.9.1) Há registro sobre a última limpeza e higienização das caixas d'água?

Resposta: Sim

Comentários: 28 02.22

D.9.2) Informar a data de registro ou que não possui o registro ou não sabe informar

Resposta: 28.02.22

Comentários: -

D.10) Há pratos limpos e em quantidades suficientes (vidro, plástico ou descartáveis)?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.11) Há talheres limpos e em quantidades suficientes?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.12) Há pias com torneiras funcionando e água?

Resposta: Sim

Comentários: -

D.13) Há material de limpeza como esponjas, sabão, detergente e panos?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.14) Há separação de amostras para o controle da merenda fornecida?

Resposta: **Não**

Comentários: -

D.15) A última desinsetização foi feita há menos de 6 (seis) meses?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.16) A última desratização foi feita há menos de 6 (seis) meses?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.17) As instalações físicas da área de preparo e armazenamento dos alimentos são mantidas íntegras, conservadas, livres de rachaduras, trincas, goteiras, vazamentos, infiltrações, umidades, bolores, descascamentos, dentre outros?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.18) As portas e janelas das áreas de armazenamento e preparo dos alimentos possuem telas milimetradas?

Resposta: **Não**

Comentários: -

D.19) No espaço de estoque os produtos estão armazenados em palets, prateleiras e ou estrados afastados do forro, da parede e do piso?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.20) No local há termômetro para aferição da adequação da temperatura dos produtos sob congelamento?

Resposta: **Não**

Comentários: -

D.21) Pela amostragem foram constatados alimentos com prazos de validade vencidos?

Resposta: Não

Comentários: -

D.22) Existem equipamentos na área de preparo e armazenamento que estão quebrados, queimados, impróprios?

Resposta: Não

Comentários: -

MATERIAIS ESCOLARES

E.1) Os materiais escolares ou kit escolar foram entregues pela rede pública aos alunos na escola?

Resposta: Sim

Comentários: -

E.2) A escola possui material escolar suficiente para utilização em atividades pedagógicas?

Resposta: Sim

Comentários: -

E.2.1) Esses materiais estavam guardados em locais adequados?

Resposta: Sim

Comentários: -

E.3) Nas salas de aulas visitadas os alunos possuíam material escolar adequado?

Resposta: Sim

Comentários: -

LIVROS ESCOLARES

F.1) Foram entregues livros/apostilas na escola visitada?

Resposta: Sim

Comentários: -

F.2) Qual o material utilizado pela escola:

Resposta: Livros escolares do PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
Material desenvolvido pela rede estadual

Comentários: -

F.3) Nas salas de aulas visitadas os alunos possuíam livros/apostilas escolares?

Resposta: Sim

Comentários: -

F.4) A escola possui livros/apostilas armazenados para distribuição?

Resposta: Sim

Comentários: -

F.4.1) Esses livros/apostilas estavam guardados em locais adequados?

Resposta: Sim

Comentários: -

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

G.1) Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, a escola possui laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos?

Resposta: Não

Comentários: A escola possui Chromebook que ficam armazenados em carrinhos que são levados para os alunos utilizarem em sala de aula.

G.2) Há computadores para uso dos professores?

Resposta: Sim

Comentários: -

G.2.1) Qual o total de computadores disponíveis aos professores:

Resposta: 12

Comentários: -

G.3) Os computadores em funcionamento na escola tem acesso à rede de internet (banda larga)?

Resposta: Sim

Comentários: -

G.4) Há computadores danificados ou não operacionais na escola?

Resposta: Não

Comentários: -

G.5) Os equipamentos mais caros (computadores, notebooks, etc.) são guardados em salas seguras ou possuem mecanismos de proteção (cadeados, grades, travas, trancas etc.)

Resposta: Sim

Comentários: -

UNIFORMES NA ESCOLA

H.1) A rede pública distribui uniformes escolares na escola?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

H.2) Havia alunos que não estavam trajando uniformes escolares na escola?

Resposta: **Não**

Comentários: -

H.3) Havia aparente incompatibilidade de tamanho dos uniformes que os alunos vestiam na escola?

Resposta: **Não**

Comentários: -

OBSERVAÇÕES FINAIS

I.1) Outras ocorrências dignas de nota:

Resposta: **Não**

Comentários: -

DESPACHO

PROCESSO:	TC-007086.989.22-5 (Ref. TC-003811.989.22-7)
INTERESSADA:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS
RESPONSÁVEL:	▪ JOSE ADINAN ORTOLAN - PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO:	Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares)

Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.

O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da **II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares**, tendo a equipe da **UR-10** elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 28).

Nesses termos, determino a **notificação** dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.

ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.

Ao **Cartório** para cumprir.

Depois, encaminhe-se à **UR-10** para prosseguimento da instrução.

GCCCM, 09 de Maio de 2022

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
CONSELHEIRA

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-V2KE-9H0R-79HP-DBX0

nas escadas (apesar de terem sido adquiridas fitas antiderapantes, estas ainda não haviam sido instaladas).

3. Os filtros dos bebedouros encontravam-se vencidos (um deles com indicação de que a troca deveria ter ocorrido em 21/04/2008);

4. Verificada torneira com defeito no botão de acionamento em um dos banheiros da unidade escolar;

5. Contatadas lâmpadas queimadas em uma das salas de aula inspecionadas, bem como na sala de leitura e no refeitório;

6. Apesar de contarem com aparelhos de ar condicionado instalados nas salas de aula, observamos diversos ventiladores em funcionamento sem tela de proteção (em praticamente todas as salas de aula inspecionadas), o que oferece risco à segurança dos alunos;

7. O aparelho de ar condicionado da sala de leitura encontrava-se com defeito e não estava funcionando;

8. Havia cartazes bastante deteriorados em salas de aula;

9. Há computadores não operacionais na escola;

10. Não havia AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada;

11. Foram verificadas as seguintes desconformidades aparentes na quadra: ausência de tabelas de basquete, pintura deteriorada, buraco na tela de proteção e uma pequena parte do telhado quebrada;

12. As canalizações externas de captação de água pluvial encontravam-se abertas, sem proteção e;

13. Havia 21 mesas e 40 bancos no refeitório e pátio da unidade escolar visitada, sendo que no momento em que a merenda foi servida, a Fiscalização observou que o espaço e os móveis disponíveis não são suficientes para acomodar todos os alunos.

Considerando o quanto noticiado nos relatórios da fiscalização ordenada constantes destes autos, notadamente a falta de providências verificadas em relação ao apurado no ano passado na mesma unidade escolar (ev. 11.2), ALERTO os responsáveis para que adotem as medidas que se façam necessárias para correção das impropriedades apuradas pela fiscalização deste Tribunal.

Vale destacar que o presente despacho não configura fixação de prazo para apresentação de justificativas ou abertura do contraditório, mas, apenas, alerta de que devem ser adotadas medidas saneadoras para regularizar a matéria.

Alerte-se que a inércia sem causa justificada poderá ensejar aplicação de multa ao responsável, conforme previsto no artigo 104, III e VI, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, e eventual ciência ao Ministério Público do Estado, bem como poderá afetar o exame das Contas do Município relativas à competência de 2022.

Publique-se e restitua os autos à UR-6.
PROCESSO: 00010808.989.22-2. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO (CNPJ 45.749.819/0001-94). INTERESSADO(A): MARCELO SIMAO (CPF ...698-55). ASSUNTO: FISCALIZAÇÕES ordenadas - EXERCÍCIO 2022. INSTRUIÇÃO POR: UR-06. PROCESSO PRINCIPAL: 4028.989.22-6.

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro foi submetida à segunda fiscalização ordenada 2022 – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares. Na ocasião foram apontadas as seguintes falhas:

1. A laje do pátio da escola apresentava marcas de infiltrações decorrentes da água das chuvas;

2. Existência de estrutura de madeira para suportar uma vigia localizada no pátio da escola, indicando a necessidade de manutenção;

3. Acabamentos metálico localizado nas vigas existentes do pátio da escola e do Auditório encontravam-se enferrujados, com possível risco de queda, indicando a necessidade de manutenção;

4. Pia de apoio da cozinha danificada, parada há cerca de 30 dias;

5. Portas dos banheiros sem trinco e com divisórias perto do piso enferrujadas;

6. Falta de sabão para higienização das mãos nos banheiros inspecionados;

7. Não há AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada;

8. Existência de pontos na quadra coberta da escola, cujos dejetos podem transmitir doenças aos alunos/usuários;

9. Há necessidade de pintura do piso da quadra, pois este está desgastado em razão das constantes lavagens por sujidade dos pombo;

10. O cardápio do dia não estava fixado em local visível;

11. As merendeiras não estavam adequadamente vestidas (sem sapatos adequados);

12. Não foi realizada a limpeza e higienização periódica das caixas d'água;

13. Há computadores danificados ou não operacionais na escola e;

14. A unidade escolar é cercada por alamedado, de pouca altura, que proporciona frágil segurança no local, que conta apenas com um porteiro na guarita de entrada.

Considerando o quanto noticiado nos relatórios da fiscalização ordenada constantes destes autos, notadamente a falta de providências verificadas em relação ao apurado no ano passado na mesma unidade escolar (ev. 11.2), ALERTO os responsáveis para que adotem as medidas que se façam necessárias para correção das impropriedades apuradas pela fiscalização deste Tribunal.

Vale destacar que o presente despacho não configura fixação de prazo para apresentação de justificativas ou abertura do contraditório, mas, apenas, alerta de que devem ser adotadas medidas saneadoras para regularizar a matéria.

Alerte-se que a inércia sem causa justificada poderá ensejar aplicação de multa ao responsável, conforme previsto no artigo 104, III e VI, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, e eventual ciência ao Ministério Público do Estado, bem como poderá afetar o exame das Contas do Município relativas à competência de 2022.

Publique-se e restitua os autos à UR-6.

PROCESSO: 00007138.989.22-3. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI (CNPJ 46.523.031/0001-28). INTERESSADO(A): IGOR SOARES EBERT (CPF ...028-02). ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas - exercício 2022. EXERCÍCIO 2022. INSTRUIÇÃO POR: UR-05. PROCESSO PRINCIPAL: 3911.989.22-2.

A Prefeitura Municipal de Itapevi foi submetida à segunda fiscalização ordenada em 2022 – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares. Na ocasião foram apontadas as seguintes falhas:

- No CENTRO EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOUTORA ZILDA ARNS NEUMANN:

1. desconformidades no piso da escola;

2. Banheiros com azulejos faltantes/quebrados;

3. Falta de papel toalha nos banheiros inspecionados;

4. Banheiros com vasos sanitários faltantes/quebrados;

5. Falta de tampa nos vasos sanitários nos banheiros inspecionados;

6. Não há AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada;

7. Na unidade escolar havia extintores de incêndio em quantidade vencida;

8. A cesta de basquete da quadra está inclinada para cima;

9. O cardápio do dia não estava fixado em local visível;

10. As merendeiras não estavam adequadamente vestidas, em insubordinação ao artigo 12 da Portaria CVS nº 5, de 09/04/2013;

11. As portas e janelas das áreas de armazenamento dos alimentos não possuíam telas metálicas;

12. No espaço de estoque os produtos não estavam armazenados em paletes, prateleiras ou estrados;

afastados do forro, da parede e do piso conforme: A maioria dos alimentos se encontrava em prateleiras, em local aque-

do e afastada das paredes. Entretanto, havia alguns alimentos encostados na parede;

13. Os materiais escolares a serem utilizados nas atividades pedagógicas não estavam guardados em locais adequados; e

14. A escola NÃO possui laboratório ou sala de informática com computadores para os alunos.

- No CENTRO MUNICIPAL EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA VEREADOR UBRATAN JOSÉ CHALUPPE:

1. Não há AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada;

2. Não há registro sobre a última fiscalização do CAE - Conselho de Alimentação Escolar na escola;

3. A última desinsetização não foi feita há menos de 6 (seis) meses;

4. A última desratização não foi feita há menos de 6 (seis) meses;

5. A escola NÃO possui laboratório ou sala de informática com computadores para os alunos; e

6. Há computadores danificados ou não operacionais na escola.

Considerando o quanto noticiado nos relatórios da fiscalização ordenada constantes destes autos, notadamente a falta de providências verificadas em relação ao apurado no ano passado na mesma unidade escolar, ALERTO os responsáveis para adotarem as medidas necessárias para correção das impropriedades apuradas pela fiscalização deste Tribunal.

Vale destacar que o presente despacho não configura fixação de prazo para apresentação de justificativas ou abertura do contraditório, mas, apenas, alerta de que devem ser adotadas medidas saneadoras para regularizar a matéria.

Alerte-se que a inércia sem causa justificada poderá ensejar aplicação de multa ao responsável, conforme previsto no artigo 104, III e VI, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, e eventual ciência ao Ministério Público do Estado, bem como poderá afetar o exame das Contas do Município relativas à competência de 2022".

PROCESSO: 00006999.989.22-1. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA (CNPJ 65.712.077/0001-30).

INTERESSADO(A): SISINIO DE OLIVEIRA LEAO (CPF ...808-59). ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO ordenada EXERCÍCIO 2022. MUNICÍPIO: Pontalinda, EXERCÍCIO 2022. INSTRUIÇÃO POR: UR-11. PROCESSO PRINCIPAL: 3983.989.22-9.

A Prefeitura Municipal de Pontalinda foi submetida à segunda fiscalização ordenada 2022 – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares. Na ocasião foram apontadas as seguintes falhas:

1. O veículo inspecionado da frota própria (micro-ônibus, de placa DL-2465) tinha mais de 10 anos de fabricação;

2. No horário da inspeção na escola, às 06h30, havia dois portões abertos, permitindo a entrada de pessoas estranhas, sem a presença de servidores da escola, comprometendo a segurança dos alunos;

3. Foram verificadas desconformidades aparentes nas condições de acessibilidade da Escola, conforme descrito: piso tátil descolado; rampa de acesso danificada e não existe estacionamento preferencial na escola;

4. Existência de portas danificadas nos banheiros inspecionados;

5. Nas salas de aula verificadas foram observadas lâmpadas queimadas, as portas não fecham adequadamente, faltam carteiras adequadas para alunos do quinto ano e a ausência de ar-condicionado (a temperatura ambiente, mesmo com os ventiladores ligados, é extremamente quente);

6. Na unidade escolar havia extintores de incêndio com validade de agenda de serviço vencida;

7. Na quadra poliesportiva foi verificado a necessidade de pintura das arquibancadas, cesto de basquete com redes danificadas, bebedouro não refrigera, com uma das suas torneiras inoperante e falta de cestos de lixo nos banheiros;

8. Não há registro sobre a última fiscalização do CAE - Conselho de Alimentação Escolar na escola;

9. Foram constatados, por amostragem, alimentos com prazos de validade vencidos, conforme segue: quatro pacote de café vencidos;

10. Constatamos a existência de freezer inoperante na área do refeitório, utilizado como depósito de materiais;

11. Há computadores danificados ou não operacionais na escola. Além disso, todos os computadores estão obsoletos, necessando ser substituídos;

12. A rede pública não distribui uniformes escolares;

13. Nem todos os alunos estavam trajando uniformes escolares;

14. Parte do forro está desmoronando na área externa das salas do quinto ano;

15. O telefone fixo de número (17) 3699-1261 não está funcionando;

16. A escola é cercada por alambrado, o que compromete a segurança dos alunos;

17. A biblioteca funciona em espaço reduzido;

18. O estatuto dos servidores públicos bem como o plano de carreira do magistério encontram-se desatualizados, com reflexo na assiduidade dos professores;

19. A cozinha não dispõe de caixa d'água própria, o que dificulta os serviços quando há falta de água;

20. Identificada a existência de liquifidadores industriais que não funcionavam adequadamente;

21. Os carros dos professores são estacionados dentro da escola, por meio de portão lateral, que por ser manual, permanece aberto durante determinado intervalo de tempo, o que pode contribuir para infiltração de pessoas estranhas ao ambiente da escola.

Considerando o quanto noticiado nos relatórios da fiscalização ordenada constantes destes autos, notadamente a falta de providências verificadas em relação ao apurado no ano passado na mesma unidade escolar (ev. 36.3), ALERTO os responsáveis para que adotem as medidas que se façam necessárias para correção das impropriedades apuradas pela fiscalização deste Tribunal.

Vale destacar que o presente despacho não configura fixação de prazo para apresentação de justificativas ou abertura do contraditório, mas, apenas, alerta de que devem ser adotadas medidas saneadoras para regularizar a matéria.

Alerte-se que a inércia sem causa justificada poderá ensejar aplicação de multa ao responsável, conforme previsto no artigo 104, III e VI, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, e eventual ciência ao Ministério Público do Estado, bem como poderá afetar o exame das Contas do Município relativas à competência de 2022.

Publique-se e restitua os autos à UR-11.

PROCESSO: 00023658.989.21-5. CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 45.152.139/0001-99) ADVOGADO: MARIA LUCIA ZACCHI (OAB/SP 69.358) / EDER LEANDRO VEROLEZ (OAB/SP 249.441) / LEONARDO VOLPE PINHABO (OAB/SP 274.655). CONVENIADO(A): IRMANDADE SAO JOSE DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 53.174.827/0001-88) ADVOGADO: THIAGO BAESSO RODRIGUES (OAB/SP 301.754). INTERESSADO(A): FABIANO DE MELLO BELENTANI (CPF ...788-31) AMARILIS BIASI DE TOLEDO PIZA (CPF ...648-06). ASSUNTO: CONVÊNIO Nº 07/2020 011121020 OBJETIVO: Integrar a Conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, visando a garantia da atenção integral à saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual a Conveniada está inserida (Diretoria Regional de Saúde - DRS XV) mantendo os serviços de atendimentos aos usuários do SUS, com continuidade na prestação dos serviços de Pronto Atendimento e Plantão de Disponibilidade. YUS também, a contratação de serviços de Média e Alta Complexidade (UTI Adulto tipo II COVID - Temporária) tanto na prestação de serviços de atendimento e plantão de disponibilidade, quanto para internações e serviços ambulatoriais, garantindo a continuidade dos serviços prestados à população do município, bem como a resolutividade e integralidade da assistência, conforme Plano de Trabalho. PROCESSO Nº (ORIGEM): 12141202 FONTE DE RECURSOS. EXERCÍCIO 2022. INSTRUIÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6344.989.21-5.

PROCESSO: 00000599.989.22-5. CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 45.152.139/0001-99) ADVOGADO: MARIA LUCIA ZACCHI (OAB/SP 69.358) / EDER LEANDRO VEROLEZ (OAB/SP 249.441) / LEONARDO VOLPE PINHABO (OAB/SP 274.655). CONVENIADO(A): IRMANDADE SAO JOSE DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 53.174.827/0001-88) ADVOGADO: THIAGO BAESSO RODRIGUES (OAB/SP 301.754). INTERESSADO(A): FABIANO DE MELLO BELENTANI (CPF ...788-31) AMARILIS BIASI DE TOLEDO PIZA (CPF ...648-06). ASSUNTO: CONVÊNIO Nº 07/2020 011212020 OBJETIVO: Integrar a Conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, visando a garantia da atenção integral à saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual a Conveniada está inserida (Diretoria Regional de Saúde - DRS XV) mantendo os serviços de atendimentos aos usuários do SUS, com continuidade na prestação dos serviços de Pronto Atendimento e Plantão de Disponibilidade. YUS também, a contratação de serviços de Média e Alta Complexidade (UTI Adulto tipo II COVID - Temporária) tanto na prestação de serviços de pronto atendimento, quanto para internações e serviços ambulatoriais, garantindo a continuidade dos serviços prestados à população do município, bem como a resolutividade e integralidade da assistência, conforme Plano de Trabalho. EXERCÍCIO 2021. INSTRUIÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6344.989.21-5.

PROCESSO: 00000739.989.22-6. CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 45.152.139/0001-99) ADVOGADO: MARIA LUCIA ZACCHI (OAB/SP 69.358) / EDER LEANDRO VEROLEZ (OAB/SP 249.441) / LEONARDO VOLPE PINHABO (OAB/SP 274.655). CONVENIADO(A): IRMANDADE SAO JOSE DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 53.174.827/0001-88) ADVOGADO: THIAGO BAESSO RODRIGUES (OAB/SP 301.754). INTERESSADO(A): FABIANO DE MELLO BELENTANI (CPF ...788-31) AMARILIS BIASI DE TOLEDO PIZA (CPF ...648-06). ASSUNTO: 30º Termo Aditivo - 01/01/2022 PROCESSO Nº (ORIGEM): 12141202 FONTE DE RECURSOS: Municípios de Federal e Estadual. EXERCÍCIO 2021. INSTRUIÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6344.989.21-5.

Mantenham-se sobrestados até decisão definitiva dos autos que tratam dos termos aditivos anteriores.

Publique-se e cumpra-se.

LEANDRO VEROLEZ (OAB/SP 249.441) / LEONARDO VOLPE PINHABO (OAB/SP 274.655). CONVENIADO(A): IRMANDADE SAO JOSE DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 53.174.827/0001-88) ADVOGADO: THIAGO BAESSO RODRIGUES (OAB/SP 301.754). INTERESSADO(A): FABIANO DE MELLO BELENTANI (CPF ...788-31) AMARILIS BIASI DE TOLEDO PIZA (CPF ...648-06). ASSUNTO: CONVÊNIO Nº 07/2020 011121020 OBJETIVO: Integrar a Conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, visando a garantia da atenção integral à saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual a Conveniada está inserida (Diretoria Regional de Saúde - DRS XV) mantendo os serviços de atendimentos aos usuários do SUS, com continuidade na prestação dos serviços de Pronto Atendimento e Plantão de Disponibilidade. EXERCÍCIO 2021. INSTRUIÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6344.989.21-5.

PROCESSO: 00023664.989.21-7. CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 45.152.139/0001-99) ADVOGADO: MARIA LUCIA ZACCHI (OAB/SP 69.358) / EDER LEANDRO VEROLEZ (OAB/SP 249.441) / LEONARDO VOLPE PINHABO (OAB/SP 274.655). CONVENIADO(A): IRMANDADE SAO JOSE DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 53.174.827/0001-88) ADVOGADO: THIAGO BAESSO RODRIGUES (OAB/SP 301.754). INTERESSADO(A): FABIANO DE MELLO BELENTANI (CPF ...788-31) AMARILIS BIASI DE TOLEDO PIZA (CPF ...648-06). ASSUNTO: CONVÊNIO Nº 07/2020 011121020 OBJETIVO: Integrar a Conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, visando a garantia da atenção integral à saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual a Conveniada está inserida (Diretoria Regional de Saúde - DRS XV) mantendo os serviços de atendimentos aos usuários do SUS, com continuidade na prestação dos serviços de Pronto Atendimento e Plantão de Disponibilidade. EXERCÍCIO 2021. INSTRUIÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6344.989.21-5.

PROCESSO: 00000099.989.22-8. CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 45.152.139/0001-99) ADVOGADO: MARIA LUCIA ZACCHI (OAB/SP 69.358) / EDER LEANDRO VEROLEZ (OAB/SP 249.441) / LEONARDO VOLPE PINHABO (OAB/SP 274.655). CONVENIADO(A): IRMANDADE SAO JOSE DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 53.174.827/0001-88) ADVOGADO: THIAGO BAESSO RODRIGUES (OAB/SP 301.754). INTERESSADO(A): FABIANO DE MELLO BELENTANI (CPF ...788-31) AMARILIS BIASI DE TOLEDO PIZA (CPF ...648-06). ASSUNTO: CONVÊNIO Nº 07/2020 011121020 OBJETIVO: Integrar a Conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, visando a garantia da atenção integral à saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual a Conveniada está inserida (Diretoria Regional de Saúde - DRS XV) mantendo os serviços de atendimentos aos usuários do SUS, com continuidade na prestação dos serviços de Pronto Atendimento e Plantão de Disponibilidade. YUS também, a contratação de serviços de Média e Alta Complexidade (UTI Adulto tipo II COVID - Temporária) tanto na prestação de serviços de atendimento e plantão de disponibilidade, quanto para internações e serviços ambulatoriais, garantindo a continuidade dos serviços prestados à população do município, bem como a resolutividade e integralidade da assistência, conforme Plano de Trabalho. PROCESSO Nº (ORIGEM): 12141202 FONTE DE RECURSOS. EXERCÍCIO 2021. INSTRUIÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6344.989.21-5.

PROCESSO: 00000599.989.22-8. CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 45.152.139/0001-99) ADVOGADO: MARIA LUCIA ZACCHI (OAB/SP 69.358) / EDER LEANDRO VEROLEZ (OAB/SP 249.441) / LEONARDO VOLPE PINHABO (OAB/SP 274.655). CONVENIADO(A): IRMANDADE SAO JOSE DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 53.174.827/0001-88) ADVOGADO: THIAGO BAESSO RODRIGUES (OAB/SP 301.754). INTERESSADO(A): FABIANO DE MELLO BELENTANI (CPF ...788-31) AMARILIS BIASI DE TOLEDO PIZA (CPF ...648-06). ASSUNTO: 30º Termo Aditivo - 30/1/2022 a 31/12/2022 Portaria MG/MS nº 3.346 de 01/11/2021 Ministério Saúde - UTE 10 Leitos COVID 19. EXERCÍCIO 2021. INSTRUIÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6344.989.21-5.

PROCESSO: 00000599.989.22-5. CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 45.152.139/0001-99) ADVOGADO: MARIA LUCIA ZACCHI (OAB/SP 69.358) / EDER LEANDRO VEROLEZ (OAB/SP 249.441) / LEONARDO VOLPE PINHABO (OAB/SP 274.655). CONVENIADO(A): IRMANDADE SAO JOSE DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 53.174.827/0001-88) ADVOGADO: THIAGO BAESSO RODRIGUES (OAB/SP 301.754). INTERESSADO(A): FABIANO DE MELLO BELENTANI (CPF ...788-31) AMARILIS BIASI DE TOLEDO PIZA (CPF ...648-06). ASSUNTO: CONVÊNIO Nº 07/2020 011212020 OBJETIVO: Integrar a Conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, visando a garantia da atenção integral à saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual a Conveniada está inserida (Diretoria Regional de Saúde - DRS XV) mantendo os serviços de atendimentos aos usuários do SUS, com continuidade na prestação dos serviços de Pronto Atendimento e Plantão de Disponibilidade. YUS também, a contratação de serviços de Média e Alta Complexidade (UTI Adulto tipo II COVID - Temporária) tanto na prestação de serviços de pronto atendimento, quanto para internações e serviços ambulatoriais, garantindo a continuidade dos serviços prestados à população do município, bem como a resolutividade e integralidade da assistência, conforme Plano de Trabalho. EXERCÍCIO 2021. INSTRUIÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6344.989.21-5.

PROCESSO: 00000739.989.22-6. CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 45.152.139/0001-99) ADVOGADO: MARIA LUCIA ZACCHI (OAB/SP 69.358) / EDER LEANDRO VEROLEZ (OAB/SP 249.441) / LEONARDO VOLPE PINHABO (OAB/SP 274.655). CONVENIADO(A): IRMANDADE SAO JOSE DE NOVO HORIZONTE (CNPJ 53.174.827/0001-88) ADVOGADO: THIAGO BAESSO RODRIGUES (OAB/SP 301.754). INTERESSADO(A): FABIANO DE MELLO BELENTANI (CPF ...788-31) AMARILIS BIASI DE TOLEDO PIZA (CPF ...648-06). ASSUNTO: 30º Termo Aditivo - 01/01/2022 PROCESSO Nº (ORIGEM): 12141202 FONTE DE RECURSOS: Municípios de Federal e Estadual. EXERCÍCIO 2021. INSTRUIÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6344.989.21-5.

Mantenham-se sobrestados até decisão definitiva dos autos que tratam dos termos aditivos anteriores.

Publique-se e cumpra-se.

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Proc.TC-0499.989.20-5. Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPES Responsável(s): Alcemir Cássio Greggio – Prefeito Municipal Período: 01.01 a 31.12.20 Assunto: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2020. Em exame as contas anuais de 2020 em relação a prestação de serviços de saúde, a fiscalização “in loco” esteve a cargo da Unidade Regional de São José do Rio Preto – UR/8. Encerrada a instrução processual foram apresentadas justificativas pelo Responsável; e, na sequência, manifestaram-se Assessoria Técnica – ATJ e MPC. Depois os autos retornaram à fiscalização para complementação e esclarecimentos a respeito dos resultados orçamentários e financeiros de 2020 em relação a prestação de serviços de saúde. CONSIDERANDO o Relatório Intermunicipal de Saúde da Região do Catanduva – RS (109.126.56). Diante do exposto, considerando os pontos levantados na r. determinação constante no evento 138 e os acréscimos da fiscalização (evento 143), concedo o

prazo de 10 (dez) dias para que o Responsável Sr. ALCEMIR CÁSSIO GREGGIO apresente a Interessada PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPES tomem conhecimento da matéria e apresentem justificativas que entenderem necessárias. Esgotado o prazo concedido, independentemente de movimentação por parte do Responsável Interessada, encaminham-se os presentes à Assessoria Técnica, retomando pelo MPC.

Publique-se.
PROC.TC-4113.989.22-4. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA PAULISTA. RESPONSÁVEL: Antonio Carlos Mineiro – Prefeito Municipal. ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Relatório de Acompanhamento relativo ao 1º Quadrimestre. EXERCÍCIO 2022. ADVOGADOS: Pela Prefeitura Municipal: Wellington Falcão de Moura Vasconcellos Neto – (OAB/SP 150.087; Milton Carlos Martiniano Filho – (OAB/SP 117.252; Tatiana Ferreira Leite Aquino – (OAB/SP 269.677) e outra (ev. 16.2). INSTRUÇÃO- Unidade Regional de Guaratinguetá – UR-14. Trata-se de Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista, relativas ao exercício de 2022. A Unidade Regional de Guaratinguetá – UR-14 anexou no evento 14 o relatório de fiscalização atinente ao Acompanhamento do 1º Quadrimestre do exercício em exame. Notifique-se o responsável a fim de que tome conhecimento dos laudos de inspeção e demais documentos constantes dos autos, adotando providências corretivas que entender cabíveis.

Publique-se.
PROC.TC-5376.989.22-4 (Ref. TC-3855.989.22-4) INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA. RESPONSÁVEL: JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE – PREFEITO MUNICIPAL ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Acompanhamento Especial COVID-19 – Março de 2022. ADVOGADOS: DA DEFENSORIA PÚBLICA DE OLIVEIRA LIMA – (OAB/SP 196.272; CARLOS EDUARDO GOMES CALLADO MORAES – (OAB/SP 242.953; YURI MARCEL SOARES OOTA – (OAB/SP 305.226. Tratam os autos do Acompanhamento Especial – COVID-19, dado no âmbito das Contas Anuais do Exercício de 2022 da Prefeitura Municipal de Guararema. A matéria foi instruída pela UR-07, a qual anexou o relatório com apontamentos relativos ao período de maio ao evento 42. Determino a notificação eletrônica do Responsável, Sr. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, para que tome ciência da matéria e proceda às correções que entender cabíveis, esclarecendo que as conclusões sobre essa temática irão integrar o relatório

ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-10 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 28). Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-7109.989.22-8 (Ref. TC-4261.989.22-2)INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAI.RESPONSÁVEL: APARECIDO FERRARI - PREFEITO MUNICIPAL.ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) ADVOGADO:MAURICIO DA SILVA MIRANDA (OAB/SP 249.464) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-13 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 35).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-7113.989.22-2 (Ref. TC-4279.989.22-2)INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA.RESPONSÁVEL: ROMULO LUIS DE LIMA RIPA - PREFEITO MUNICIPAL.ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares)ADVOGADOS:MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMÉLIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771) / BARBARA SANCHES ESTEVES (OAB/SP 444.821) / MURILO CESAR PAVEZI (OAB/SP 453.008) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-10 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 37).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-7131.989.22-0 (Ref. TC-4323.989.22-8)INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA.RESPONSÁVEL: VANDERLEI JOSE MARSCO - PREFEITO MUNICIPAL.ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-13 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 27).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-7182.989.22-8 (Ref. TC-3802.989.22-8)INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSIA DOS COQUEIROS RESPONSÁVEL: EURIPEDES JORGE DA ROCHA FILHO - PREFEITO MUNICIPAL.ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares)ADVOGADO: AULUS REGINALDO BORINATO DE OLIVEIRA (OAB/SP 81.046) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-6 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 32).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-7258.989.22-7 (Ref. TC-4224.989.22-8)INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUADOS.RESPONSÁVEL: FERNANDO OCTAVIANO - PREFEITO MUNICIPAL.ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) ADVOGADOS:CLAYTON MACHADO VALERIO DA SILVA (OAB/SP 212.125) / LEANDRO DA ROCHA BUENO (OAB/SP 214.932) / MARCELA DE CARVALHO CARNEIRO (OAB/SP 230.471) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-2 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 39).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-7263.989.22 INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARE.RESPONSÁVEL: Josely Benedito Costa Silvestre. ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Unidades Escolares)ADVOGADOS:Marcelo Palaveri – OAB/SP 114.164 e outros.Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Unidades Escolares, tendo a equipe da UR2 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 42---). Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.

PROCT-7277.989.22-4 (Ref. TC-4270.989.22-1)INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNERAS.RESPONSÁVEL: IVANA MARIA BERTOLINI CAMARINHA - PREFEITA MUNICIPAL?JONILCE PRANAS - VICE-PREFEITO MUNICIPAL.ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares)ADVOGADOS:REINALDO ANTONIO ALEIXO (OAB/SP 82.662) / DANIEL MANSUE NACHEF (OAB/SP 147.011) / MATHIAS REBOUCAS DE PAIVA E OLIVEIRA (OAB/SP 305.720) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-2 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 37).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-7282.989.22-7 (Ref. TC-4334.989.22-5)INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURERESPONSÁVEL: SUELLEN SILVA ROSIM - PREFEITA MUNICIPAL.ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) ADVOGADOS:ANTONIO CARLOS BATISTA MARTINEZ (OAB/SP 79.327) / LETICIA RODRIGUES DE CARVALHO MARIANO (OAB/SP 120.720) / ELISETE CRISTINA SARTORI (OAB/SP 109.156) / MARIA GABRIELA FERREIRA DE MELLO (OAB/SP 107.801) / GABRIELLA LUCARELLI ROCHA (OAB/SP 123.451) / RICARDO CHAMMA (OAB/SP 127.852) / DENISE BATISTA DE OLIVEIRA (OAB/SP 129.697) / CLAUDIA FERNANDA DE AGUIAR PEREIRA (OAB/SP 133.034) / CARLA CABOGROSSO FIALHO (OAB/SP 135.032) / MARISA BOTTER ADONTO GEBARA (OAB/SP 143.915) / FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES (OAB/SP 161.287) / MAURICIO DE SAES PORTO (OAB/SP 167.128) / NILO KAZAN DE OLIVEIRA (OAB/SP 262.435) / GREICI MARIA ZIMMER (OAB/SP 289.749) / TAMIRIS ASSIS CELESTINO (OAB/SP 357.477) / GUSTAVO CAMPOS ABREU (OAB/SP 419.157) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-2 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 36).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
Exp.TC-7185.989.22-5. Interessado(a): Milton Câmara dos Santos – Vereador no Município de Pedro de Toledo. Mencionada: Prefeitura Municipal de Pedro de Toledo. Câmara Municipal de Pedro de Toledo. Responsável: Eliezer de Almeida. Assunto: Comunicação Possíveis Irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Pedro de Toledo, em face da utilização de advogados pagos para fins pessoais.Trata-se de comunicação sobre possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura e Câmara Municipal de Pedro de Toledo, em face da utilização de advogados pagos com recursos públicos para fins pessoais. As conclusões da fiscalização do exercício de 2021 da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal em apreço estão albergadas, respectivamente, nos processos TC-7128.989.20-9 e TC-6293.989.20-8, sob minha relatoria. Considerando que a matéria ora noticiada guarda relação com a análise ordinária empreendida nas contas municipais, determino seu encaminhamento à UR/2 para instrução imediata, devendo, ainda, servir de subsídio à inspeção oportuna dos referidos construtivos e fazendo constar em seu corpo o relatório de fiscalização. Antea, solicito o seguinte ao Cartório para:

- 1- Referenciar ao eTC-7128.989.20-9 e TC-6293.989.20-8;
- 2- Notificar eletronicamente o d. Órgão subscritor;
- 3- Encaminhar a matéria à UR/2;

Publique-se.
PROCT-TC-10511.989.22-0 (Ref. TC-4092.989.22-7) INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICO DE CAMPOS. RESPONSÁVEL: ROSENALED RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL. ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-11 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 12). Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-TC-10652.989.22-9 (Ref. TC-3751.989.22-9) INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE SAO PEDRO. RESPONSÁVEL: JOAO VICTOR BARBOZA - PREFEITO MUNICIPAL. ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares)ADVOGADOS:SUSANA ORTIZ RUIZ MORATA (OAB/SP 181.059) / SHIRLEI TAVARES DE ALMEIDA (OAB/SP 287.351) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-10 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 11). Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-TC-10655.989.22-6 (Ref. TC-4374.989.22-6) INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS. RESPONSÁVEL: PEDRO ELISEU FILHO - PREFEITO MUNICIPAL. ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-10 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 11). Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-TC-10688.989.22-7 (Ref. TC-3939.989.22-4) INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA EUROPA. RESPONSÁVEL: LUIZ CARLOS DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL. ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares)ADVOGADOS:REINALDO ANTONIO ALEIXO (OAB/SP 82.662) / DANIEL MANSUE NACHEF (OAB/SP 147.011) / MATHIAS REBOUCAS DE PAIVA E OLIVEIRA (OAB/SP 305.720) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-13 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 10). Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA. RESPONSÁVEL: WHELEEN THIAGO SCAIONE CACHOEIRA - PREFEITO MUNICIPAL. ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-5 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (eventos 12 e 16).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-TC-10724.989.22-3 (Ref. TC-4010.989.22-6)INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA. RESPONSÁVEL: SILVIO GABRIEL - PREFEITO MUNICIPAL. ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-5 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (eventos 12 e 16).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-TC-10729.989.22-8 (Ref. TC-4033.989.22-9) INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANASTACIO. RESPONSÁVEL: JOSE BONILHA SANCHES - PREFEITO MUNICIPAL. ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-5 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 12). Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-TC-10772.989.22-4 (Ref. TC-4120.989.22-3) INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CESAR. RESPONSÁVEL: DIEGO AUGUSTO BERTI CINTO - PREFEITO MUNICIPAL. ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-2 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 15).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-TC-10848.989.22-4 (Ref. TC-3838.989.22-6) INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA. RESPONSÁVEL: GILBERTO SANCHES GOMES - PREFEITO MUNICIPAL. ROSICLEIR RIBEIRO CAMARGO - PREFEITA MUNICIPAL. EM EXERCÍCIO ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - II Fiscalização Ordenada (Educação - Infraestrutura e Programas Suplementares) Tratam os autos dos relatórios de FISCALIZAÇÕES ORDENADAS sobre as Contas Anuais do Exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.O Município foi incluído em ação padronizada para verificações no âmbito da II Fiscalização Ordenada – Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares, tendo a equipe da UR-18 elaborado relatório e juntado documentos que indicam ressalvas sobre a matéria (evento 11).Nesses termos, determino a notificação dos responsáveis para que tomem ciência das conclusões da fiscalização e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento das normas de regência, efetuando as correções que se fizerem cabíveis.ALERTO os responsáveis que a persistência das irregularidades por ocasião do fechamento do exercício poderá ensejar reprovação dos demonstrativos e/ou comunicação ao Ministério Público Estadual.

Publique-se.
PROCT-TC-10599.989.22-6 (Ref. TC-4976.989.19-4) INTERESSADA: CAMARA MUNICIPAL DE MOGI GUACU. POR INTERMÉDIO DO SEU PRESIDENTE, VEREADOR GUILHERME DE SOUSA CAMPOS. MENCIONADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUACU. RESPONSÁVEL: WALTER CAVEANHA - PREFEITO MUNICIPAL. (A ÉPOCA) ASSUNTO: Of. GPC. CIRCULAR nº 015.024.022 - Encaminha o Decreto Legislativo nº 556/2022, que dispõe sobre a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Mirim, referente ao exercício de 2019. Trata-se de expediente encaminhado pela Câmara Municipal de Mogi Guacu contendo cópia do Decreto Legislativo nº 556/2022, o qual acolheu o Parecer Pípor Favorável expedido por esta e. Corte nos autos do processo TC-4976.989.19-4 e aprovou as

contas daquele Executivo relativas ao ano de 2019. Torna cópia da documentação encaminhada e determino seu arquivamento.

Publique-se.
Exp.TC-23124.989.21-1. Interessado(a): Ministério Público do Estado de São Paulo. Mencionada: Prefeitura Municipal de Osasco. Responsável: Rogério Lins Wanderley - Prefeito Municipal. Assunto: Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha a Unidade da Portaria de Inquérito Civil, em manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.0001.0230892.2021-08 INQUÉRITO CIVIL nº 239/2018 Assunto: ofício nº 476/2021 - encaminha cópia da Portaria do Inquérito Civil, da manifestação e dos Termos de ANPC referente à Sra. Kelin Cequine da Silva e a Sra. Hussien Eideh, das páginas 1022, 1023, 1026, 1041, 1861/1863 e do Parecer Técnico do CAEX para que se manifeste sobre os valores apurados nos termos do artigo 17-B, §3º, I da Lei nº 8.429/92 (incluído pela Lei nº 14.230/2021). Subscrito pelo Promotor de Justiça Dr. GUSTAVO ALBANO DIAS DA SILVA. [MPSP 4493] Trata-se de expediente inaugurado através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do Ofício nº 3100/2021 - EXPPGJ, de 23 de novembro de 2021 Processo SEI nº 29.00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE ARARAS - UR-10

PROCESSO:	TC 7086.989.22-5
ORGÃO:	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
ASSUNTO:	Fiscalizações Ordenadas: Resíduos Sólidos e Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares Exercício 2022

Senhor Diretor Técnico da Unidade Regional de Araras-UR.10,

Os autos cuidam das seguintes fiscalizações ordenadas:

I Fiscalização Ordenada – Resíduos Sólidos, realizada em 10 de março de 2022 na Prefeitura Municipal de Cordeirópolis e os apontamentos efetuados, na época, pela fiscalização acerca da matéria em questão encontram-se no Evento 11; e

II Fiscalização Ordenada – Educação Infraestrutura e Programas Suplementares, realizada em 28/04/2022 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Geraldo Aparecido Rocha da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis e os apontamentos efetuados, na época, pela fiscalização acerca da matéria em questão encontram-se no Evento 28.

Além disso, informamos que os assuntos supracitados, também, foram tratados no item A.4. Fiscalizações Ordenadas do Período do relatório de contas de 2022, TC 3811.989.22-7, da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis.

Diante disso, remetemos os presentes autos à consideração de Vossa Senhoria, com a devida vênica, sua remessa à Excelentíssima Conselheira Dra. Cristiana de Castro Moraes, com proposta de arquivamento.

UR-10.2, Araras, 06 de setembro de 2023.

João Batista Mesquita Neto
Chefe Técnico da Fiscalização

PROCESSO: 00007086.989.22-5
ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS (CNPJ 44.660.272/0001-93)
INTERESSADO(A): ■ JOSE ADINAN ORTOLAN (CPF ***.195.488-**)
ASSUNTO: Fiscalização Ordenada-Exercício 2022.
EXERCÍCIO: 2022
INSTRUÇÃO POR: UR-10
PROCESSO 00003811.989.22-7
PRINCIPAL:

Excelentíssima Senhora Conselheira,

Tendo em vista o relatado pelo chefe técnico da fiscalização, em manifestação que me precede, encaminho o presente à elevada consideração de Vossa Excelência.

GDUR-10-Araras, em 06 de setembro de 2023.

Paulo César Silva Alvarenga

Diretor Técnico de Divisão

UR-10-Araras

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO CESAR SILVA ALVARENGA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 4-TEU0-DCY0-6YEC-5XEL

DESPACHO

PROCESSO: TC-007086.989.22-5 (Ref. TC-003811.989.22-7)
ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS
INTERESSADO: ■ JOSE ADINAN ORTOLAN - PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO: Contas de Prefeitura do Exercício de 2022 - Fiscalizações Ordenadas

Os autos albergam os relatórios de Fiscalizações Ordenadas levadas a efeito por esta e. Corte no âmbito das Contas Anuais do Exercício de 2022 da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROPOLIS.

Considerando que a matéria subsidiou a análise do relatório de fiscalização constante do processo TC-003811.989.22-7, conforme informado pela UR-10 no evento 51, determino seu **arquivamento**.

Publique-se.

Ao **Cartório**.

GCCCM, 11 de Setembro de 2023

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
CONSELHEIRA

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 4-TLUI-AXPB-5IFI-5UMJ